

## **1. UCV**

Bom dia, boa tarde ou boa noite, conforme a hora e o local em que estiverem a ouvir-me e a ver-me. Utilizo esta fórmula que nos evoca o tempo pioneiro das primeiras transmissões radiofónicas e das primeiras imagens de televisão a preto-e-branco, para vos receber, a todos, com entusiasmo, na cerimónia de Abertura Solene das Aulas referente ao ano lectivo 2010/2011, no momento em que, em simultâneo, se dá igualmente início à primeira emissão experimental da UC\_V, televisão da Universidade de Coimbra, difundida para todo o mundo via internet. A partir do próximo dia 21 de Novembro, domingo, dia internacional da televisão, a Universidade de Coimbra junta-se ao clube restrito de outras grandes Universidades do mundo, a primeira de língua portuguesa, a deter a capacidade de produzir programas regulares de televisão com conteúdos próprios e de os difundir através dos sistemas mundiais de distribuição por internet.

## **2. Boas vindas**

As boas vindas que vos dou hoje a todos, professores, estudantes e trabalhadores não docentes da Universidade, de regresso ao trabalho após umas bem merecidas férias de verão, dirijo-as em particular, aos novos alunos, que vivem esta semana a sua primeira experiência universitária depois de nos terem dado, em grande número, o privilégio da sua escolha. Na primeira fase de colocações, cujos resultados foram conhecidos há apenas três dias, os números são-nos extremamente favoráveis. 99.4% das vagas declaradas foram preenchidas na primeira fase, comprovando as evidentes vantagens da abordagem institucional global ao problema, que fizemos. Desde 1997, ano em que este processo

começou a ser analisado em termos comparativos, este foi o melhor resultado de sempre da Universidade de Coimbra.

É igualmente devida uma referência muito especial aos cerca de duzentos e cinquenta estudantes brasileiros que hoje iniciam na nossa Universidade uma experiência de formação inovadora, quer pelas suas características quer pela sua dimensão, no âmbito de um grande programa de internacionalização denominado PLI – Programa de Licenciaturas Internacionais, financiado pelo Governo brasileiro, pelo Grupo Santander e pela Universidade de Coimbra. A este programa me referirei mais tarde. Mas aos jovens brasileiros que são os seus primeiros beneficiários quero lembrar que de aqui saíram formadas personalidades como as de José Anchieta ou de Bartolomeu de Gusmão, como as de José Bonifácio ou de Alexandre Rodrigues Ferreira. Por aqui passou, há quarenta anos, e aqui concluiu o seu primeiro mestrado, o actual Reitor da Universidade de S. Paulo, meu colega e amigo Prof. João Grandino Rodas. Não posso dizer, porque não sei, quais de vós sereis, dentro de trinta ou quarenta anos, Reitores de uma grande Universidade brasileira. Mas posso assegurar-vos que a distância que vos separa do sucesso profissional é a mesma que eles tiveram que percorrer e que, nos vossos momentos de desalento se devem lembrar que eles também os tiveram. Pelo nosso lado, tudo faremos para vos ajudar a concretizar as vossas expectativas e para merecer a vossa confiança. E para interpretar, à luz da conjuntura mundial actual, o papel e a responsabilidade que foram desde sempre os desta Universidade, de contribuir para a formação das elites brasileiras, de ser a Universidade de todos os que se sentem irmanadas por esta nossa língua, de ser a matriz cultural do espaço da lusofonia.

A estes novos estudantes, é o momento oportuno para lembrar o papel da Associação Académica de Coimbra, como espaço de acolhimento, de integração e de mobilização cultural, desportiva e associativa de todos os estudantes da Universidade; e para anunciar a criação próxima em Coimbra da Casa da Lusofonia, que funcionará em espaços da Fundação Cultural da Universidade e promoverá a confraternização entre estudantes ao ritmo do samba, da morna ou da kizomba.

Quero, por fim, cumprimentar o Presidente da Direcção Geral da AAC, Miguel Portugal, com quem tenho podido interpretar as opiniões e as expectativas dos estudantes, conhecer as suas mais sentidas dificuldades e encontrar caminhos para responder a umas e a outras; e a doutora Luísa Maria Almeida Morgado, ilustre Professora Catedrática e Directora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, que terá este ano, por uma secular regra de rotatividade, a responsabilidade de proferir a chamada Oração de Sapiência.

### **3. A UC no mundo**

Senhoras e Senhores

A emergência do poderio económico americano, que permitiu o domínio do mundo no rescaldo da segunda grande guerra, resultou, entre outros factores, de uma concepção inovadora do sistema científico e universitário, que tinha rasgado com o modelo europeu Humboltiano de Universidade e compreendido a necessidade de colocar o saber ao serviço da produção de riqueza, ou seja, da criação de condições proporcionadoras de bem estar individual e colectivo. A descoberta da chamada “terceira missão” para as Universidades, a prestação de serviços especializados, o empreendedorismo e a inovação alterava os

objectivos das instituições de onde provinha o saber e o conhecimento, fazendo-as modificar, em conformidade, as suas orientações. Estas simples alterações contribuíram decisivamente para que se transferisse, pela primeira vez, para **fora da Europa**, a capacidade para liderar o processo de desenvolvimento.

A Europa demorou cinquenta anos a reagir. Embora algumas das suas Universidades e mesmo sistemas nacionais tivessem incorporado rapidamente estes conceitos, só muito tardiamente compreendeu que não poderia resistir a este domínio avassalador dos Estados Unidos a não ser criando ela própria **missão, dimensão e escala** no seu sistema científico e universitário. Nos anos setenta criou os primeiros programas integrados de investigação científica e só em meados dos anos oitenta pôs a funcionar aquele que é considerado um dos seus maiores êxitos de sempre: o programa ERASMUS, no âmbito do qual beneficiaram, até hoje, de mobilidade, mais de 23 milhões de jovens estudantes europeus. Em complemento desta política, a União Europeia decidiu avançar, em 1999, para a constituição do Espaço Europeu de Ensino Superior, conceito que mais tarde alargou para Espaço Europeu do Conhecimento e da Inovação com a integração de políticas comuns de ciência e de tecnologia e a definição de objectivos ambiciosos, como o de, cito, “transformar a Europa na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo antes de 2010”. Não é por não terem sido cumpridos no prazo estipulado que este objectivo e esta ambição são menos justos ou menos importantes.

A verdadeira contribuição da Europa nesta matéria foi, portanto, a de ter compreendido que não bastava desenvolver políticas adequadas de transferência e de inovação, por um lado, que alguns dos seus países, aliás, já praticavam, e,

por outro, internacionalizar a economia e as empresas, para ganhar escala na procura e nos mercados, mas que a construção de uma economia baseada no conhecimento requeria que se **juntassem os dois tabuleiros** e que se conseguisse ganhar dimensão em todo o edifício do conhecimento, internacionalizando igualmente o sistema científico e o sistema universitário.

O Processo de Bolonha desenrola-se perante nós, com avanços e recuos. São conhecidos os fortes argumentos dos detractores desta política, que tendem a apontá-la como um dos vectores mais perversos da globalização e a considerá-la como uma via de uniformização dos modelos de ensino superior e uma porta aberta à desresponsabilização dos Estados e à privatização das instituições. São igualmente conhecidas as posições favoráveis dos que nele projectaram, muitas vezes exageradamente, a oportunidade de concretização de todas as suas expectativas de mudança. Subscrito por 47 Países, todos os sistemas universitários das grandes economias do mundo se sentem obrigados a posicionar-se relativamente a ele. Este sucesso não pode ser ignorado.

Entretanto, como se situa o resto do mundo perante estes desafios. Os Países que, pela sua dimensão, constituem autonomamente espaços económicos viáveis, ou porque não sabem ou não podem associar-se com outros, parecem privilegiar uma via autónoma ou auto-centrada de desenvolvimento. Estão neste caso a China, o Japão, a Índia e a Rússia para além dos Estados Unidos, naturalmente. Para estes países, a internacionalização dos seus sistemas científico e universitário visa sobretudo captar cérebros ou ideias e apenas marginalmente responder à necessidade de complementar a formação de alunos e de professores, ou avaliar e validar boas práticas de ensino, de investigação e

de extensão. No Sudeste Asiático, através da ASEAN e sobretudo na América Latina, a estratégia parece ser diferente e mais próxima da estratégia europeia. Porque não existe em nenhum destes três espaços uma economia esmagadoramente dominante, ou com suficiente dimensão de mercado para poder competir isoladamente em termos globais, as decisões parecem passar pelo favorecimento da aproximação entre as Universidades e pela emergência de uma política supranacional que visa promover a criação de um **espaço integrado do conhecimento**.

Por isso, as experiências de internacionalização mais evoluídas e politicamente mais significativas e ambiciosas podem hoje ser encontradas na Europa e na América Latina, que parecem ser as regiões do mundo que melhor compreendem a internacionalização como uma verdadeira 4ª missão das universidades, na perspectiva da manutenção de uma agenda de **diplomacia cultural autónoma** favorecendo a criação de espaços geopolíticos e económicos mais alargados.

Este facto sugere que a internacionalização pode ser vector de autonomia relativamente a mercados e paradigmas dominantes e, nesse sentido, **garantia de diversidade do sistema**. Este aspecto é interessante, porquanto mostra uma realidade multifacetada e contrária à ideia bastante generalizada, a que já me referi a propósito do Processo de Bolonha, que tende a considerar estes mecanismos de aproximação internacional como instrumentos perversos da política neo-liberal prevalecente no primeiro mundo.

A África ficou de fora desta minha análise. Mas não ficou de fora das preocupações do governo brasileiro que, ao criar a UNILAB – Universidade Federal de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que se junta às suas três congéneres, a Universidade Federal da Integração Amazônica, a Universidade Federal da Fronteira Sul e a Universidade Federal da Integração latino-americana, responde a objetivos de **integração regional e supra-regional** que têm de considerar-se alinhados com a linha de raciocínio que aqui desenvolvo e portanto, sustentando a minha argumentação.

Esta análise perspectiva, em termos de internacionalização, dois tipos de envolvimento, e de procura, para a Universidade portuguesa, para além do papel que, com naturalidade, desempenhará no âmbito do Espaço Europeu de Ensino Superior: por um lado como instrumento de formação acessória ou complementar, técnica mas sobretudo linguística e cultural, de cidadãos de Países como os Estados Unidos, a China, a Índia, a Rússia e o Japão, em busca, sobretudo, de capacidade de intervenção nos mercados emergente da Lusofonia: Angola e, naturalmente, o Brasil. Por outro lado, como elemento provavelmente determinante de uma política integrada de aproximação ibero-americana, que nos consolida como pilar de uma **ponte transatlântica** entre a América Latina e a Europa. Sem descurar a primeira, a comparação em ambição e potencialidades entre estas duas vias leva-me a privilegiar a segunda. A ela me tenho dedicado com entusiasmo.

Pela leitura que faço do problema e que sumariamente apresentei, concluo que se nos abre uma janela de oportunidade, a nós portugueses e brasileiros, para que, em conjunto, possamos atingir **índices de internacionalização** que

colocarão as nossas Universidades no grupo das mais internacionais dos respectivos continentes. Em Coimbra, por exemplo, se já somos, de longe, a Universidade ibérica com maior percentagem de estudantes estrangeiros matriculados, 10%, valor que sobe para 15% se igualmente considerarmos os estudantes de mobilidade, está ao nosso alcance atingir, dentro de três anos, um índice de internacionalização de 20%.

Para estes resultados, passados e futuros, muito contribuem igualmente os restantes programas e projectos de mobilidade em que estamos envolvidos: a presença activa que temos mantido no Coimbra Group, as experiências de dupla titulação com mais de trinta Universidades europeias e brasileiras, o funcionamento de diversos programas de mestrados e de doutoramento internacionais, o lançamento de um programa autónomo e auto-financiado de bolsas de estudos da UC para fora da Europa, o projecto TEMPUS – Re-form com 15 universidades de Marrocos, o projecto EDU-LINK com 12 universidades da África Sub-Sahariana, o projecto ALFA – Vertebralque com 20 universidades da América Latina, seis projectos ERASMUS-MUNDUS com Universidades de diversas regiões do mundo, a actividade no âmbito da CUM – Comunidade de Universidades do Mediterrâneo, a presença da nossa investigação científica no Líbano, na Síria, na Líbia, o apoio às actividades de diversas Universidades, públicas e privadas, em Angola, em Moçambique e em Cabo-Verde, de que destacaria a importante colaboração que demos à Universidade Eduardo Mondlane, para reestruturação pedagógica dos seus cursos segundo as directrizes do Processo de Bolonha. Este conjunto diversificado mas coerente de iniciativas, no qual se pode encontrar como linha dominante o triângulo que entendemos dever privilegiar (Europa – Mediterrâneo

– Lusofonia), assegurou a duplicação nos últimos cinco anos do número de estudantes de mobilidade anualmente recebidos em Coimbra e perspectiva uma evolução francamente positiva para os próximos anos.

É esta procura incessante de novos caminhos, de novas ideias e de novas soluções, esta ambição permanente de termos uma Universidade que se interpela todos os dias, que se compara, que se avalia, que procura à sua volta novos domínios de intervenção que justifiquem a mobilização dos recursos humanos e materiais de que dispõe e inventa novas formas de os colocar ao serviço da comunidade em que se insere, que supes alternativas, que planeia, que decide e que corrige, sólida nos princípios mas aberta à inovação, tão consistente e capaz de assumir opções de continuidade quanto leve e eficaz quando chega a hora de mudar, é, em resumo, por esta percepção de sempre **incompleta plenitude** em torno de uma definição que por definição estará sempre desactualizada, que poderemos aplicar com propriedade uma expressão utilizada num outro contexto: uma Universidade que só procura ser Universidade, nunca chegará verdadeiramente a sê-lo.

Foi por esta via que seguimos quando, lançando as bases de **projectos institucionais** estruturantes, procurámos dar mais espaço, visibilidade e influência à Universidade de Coimbra em áreas de intervenção que, estando para além das suas três missões clássicas, lhe alargam o espectro de actuação e se encontram, sem dúvida, ao alcance de uma instituição com os pergaminhos, o percurso e o prestígio da nossa.

Refiro-me à definição de uma nova estratégia para a museologia científica que permite tirar partido do maior e mais importante espólio científico existente no País e colocá-lo ao serviço da investigação, da difusão da ciência, da atracção de novos públicos para as áreas científicas e da valorização nacional e internacional da Universidade. Hoje, o **Museu da Ciência** da Universidade de Coimbra, gerido por uma Fundação criada para o efeito, é uma realidade consolidada, que representa para a Universidade menor despesa anual do que as estruturas equivalentes no início do processo e cujas iniciativas o colocam, apesar de apenas concluída a primeira fase, no patamar invejável de melhor Museu europeu de Ciência, Técnica e Indústria em 2008 (prémio atribuído pelo Fórum Europeu de Museus).

Refiro-me à candidatura da Universidade de Coimbra a **Património da Humanidade** cujo dossiê, constituído por sete volumes num total de cerca de 2000 páginas que representa, em si mesmo, um notável exercício de investigação científica e de sistematização de conhecimentos sobre a História da Universidade será formalmente apresentado ao Governo em Outubro próximo, e submetido à UNESCO antes do final do ano, para provável decisão em Agosto de 2011.

Em complemento da anterior, refiro-me à constituição da **WHPO** – Rede Mundial de Bens de Origem ou Influência Portuguesa, iniciativa que se insere directamente no âmbito das actividades de diplomacia cultural universitária que tenho considerado ser a quarta missão da Universidade. Esta Rede realizará em Coimbra, entre 25 e 29 de Outubro próximo o seu segundo encontro, cuja apresentação recente, em Brasília, no âmbito da 34ª reunião do Comité para o

Património da UNESCO, feita em colaboração com a Comissão Nacional da UNESCO mereceu, de Ministros e Embaixadores representantes de 30 Países, os mais rasgados elogios à Universidade.

Na esfera da diplomacia cultural universitária, refiro-me ainda ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, cujos Reitores e outros representantes nós temos a honra de receber pela segunda vez e aqui saudamos com amizade, agrupando as 50 mais prestigiadas Universidades do Brasil, federais, estaduais, comunitárias e confessionais, cuja constituição em memorável cerimónia que decorreu nesta mesma Sala dos Capelos em Novembro de 2008, constituiu um acontecimento de superior importância no panorama do ensino superior dos nossos dois Países. O extraordinário sucesso dos dois primeiros anos do funcionamento deste grupo transformam-no num poderoso instrumento para a concretização dos objectivos de internacionalização das nossas Universidades.

Refiro-me, finalmente, e de novo a uma iniciativa lançada por este grupo, que confere à cerimónia de hoje um cariz marcadamente internacional. O início substantivo do **PLI** - Programa de Licenciaturas Internacionais, que visa a formação em modalidade de dupla titulação de professores brasileiros dos níveis básico e secundário (níveis fundamental e médio usando a terminologia brasileira), e que manterá permanentemente em Coimbra, nos próximos cinco anos, um número de cerca de um milhar de jovens estudantes das melhores Universidades brasileiras. A presença nesta ocasião do Presidente da CAPES, doutor Jorge Guimarães, que saúdo respeitosamente agradecendo as palavras que nos dirigiu, também em representação do Ministro do Governo Federal brasileiro, doutor Fernando Addad, bem como a dos demais responsáveis deste

internacionalmente prestigiado organismo brasileiro de melhoria da pós-graduação, através de avaliação, divulgação, formação de recursos e promoção da cooperação científica internacional, e ainda a dos queridos colegas Reitores, Vice-Reitores e outros representantes de um número tão significativo de Universidades brasileiras, confere a este dia um significado muito especial. Representa o culminar de um intenso e participado processo negocial, em cuja origem é obrigatório colocarmos igualmente o Professor Naomar de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal da Bahia até há cerca de dois meses e Presidente do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras até há cerca de cinco meses, e cuja concretização só foi possível graças ao envolvimento do Professor Carlos Alexandre Neto, Reitor da Universidade Federal de Rio Grande do Sul e actual Presidente do Grupo Coimbra de Universidades brasileiras e da Professora Rossana Valério da Silva, Secretária Executiva do referido Grupo e motora primeira das suas actividades.

#### **4. A UC em Portugal**

A nível interno, os últimos dez anos significaram em Portugal um alinhamento inevitável com o plano de reformas conduzido no âmbito da criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, com forte influência dos Países do Norte da Europa, cujas orientações se insinuavam há muito nas entrelinhas dos documentos oficiais e que acabaram por se impor como interpretações autênticas do jargão europeu. E é assim que conceitos como os de “atractividade e competitividade”, que constituíam no documento fundador de 1999 apenas uma das seis ideias-chave da reforma, cedo se revelaram nucleares nas preocupações dos Governos. E nem a chamada de atenção dos próprios Ministros, reunidos em Praga em 2001 e em Berlim em 2003, para o cuidado a

ter de, cito, “não desacoplar o conceito de competitividade da ideia de que o ensino superior deve ser considerado um bem público, e que é e deverá permanecer uma responsabilidade pública” (fim de citação) ou ainda, cito de novo “que a competitividade se deve equilibrar com o objectivo de melhorar as características sociais do Espaço Europeu de Ensino Superior e a redução das desigualdades sociais” (fim de citação), nem estas chamadas de atenção dos próprios Ministros, repito, evitou que se olhasse a reforma como oportunidade para reduzir, logo à cabeça, os encargos públicos com o ensino superior. Os que, como eu, têm tendência para olhar o Processo de Bolonha pelo lado positivo, e tantas vezes o têm valorizado pelo que representa numa Europa à procura de uma dimensão humanista e cultural e defendido contra os que o consideram apenas mais um instrumento da política neo-liberal prevalecente, teriam apreciado poder contar com argumentos mais sólidos no plano do compromisso público com o ensino superior. Infelizmente, em Portugal, os anos da reforma coincidiram com o período de maior redução de transferências públicas para as Universidades dos últimos quarenta anos. E não é possível responsabilizar a crise por esta situação já que, como é sabido, as restrições começaram muito antes dela.

Com efeito, entre 2004 e 2008 observámos uma diminuição de 27.5% do esforço público, medido em percentagem do PIB, com as instituições de ensino superior (dados dos Relatórios do Orçamento de Estado anualmente apresentados pelo Governo à Assembleia da República), correspondendo a uma diminuição de dotação, tudo considerado (diminuição de receita e aumento, por lei, de compromisso de despesa), de mais de 300 milhões de euros por ano para todo o sistema. Finalmente, já em 2010, assistimos à **inversão parcial** desta

política sob a forma da celebração de um “contrato de confiança” entre o Governo e as Universidades que marca igualmente a adopção de uma medida que elas há muito reclamavam: a de complementar o financiamento por fórmula com uma componente de financiamento contratualizado.

Apenas reposição, e só parcial, dos níveis de financiamento anteriores e que, desta ou de outra forma, lhes teriam que ser de novo disponibilizados sob pena de ruptura orçamental, é no **plano político** e não no orçamental que deve ser procurada a verdadeira importância do Contrato de Confiança.

Com efeito, o acordo a que se chegou foi uma forma elegante e a oportunidade por todos desejada para **fechar um ciclo de má memória** em que as relações entre as Universidades e o Governo nem sempre foram fáceis. Foi reconfortante para todos os universitários ouvir o Senhor Primeiro-Ministro, no debate sobre Ensino Superior realizado no Parlamento a 15 de Janeiro de 2010, a dizer, cito,

“São notáveis as mudanças ocorridas no ensino superior português e os resultados obtidos com essas mudanças. Mas ainda mais notável é o facto de terem sido conseguidos numa conjuntura de forte restrição orçamental. As nossas universidades e politécnicos fizeram mais, com menos recursos financeiros. **E isto só tem uma explicação, aliás, uma boa explicação: ganhos de eficiência.** As instituições portuguesas de ensino superior tornaram-se mais eficientes, gerindo melhor os recursos postos à sua disposição por todos os contribuintes! É, por isso, justo sublinhar publicamente o quanto este trabalho é um exemplo de modernização, de rigor na gestão e de serviço público prestado à comunidade”.

Este desfecho teria de ser considerado globalmente positivo para as Universidades, não fora o recente incumprimento do compromisso publica e veementemente assumido pelo Governo em plena Assembleia da República, no dia 14 de Julho, aliás na sequência de uma garantia dada pelo próprio Primeiro-Ministro aos Reitores em reunião realizada em Junho, de que as Universidades, defendidas por legislação específica e pelo contrato de confiança assinado em Janeiro não seriam afectadas pelas **cativações** definidas para a administração pública no âmbito do decreto-lei de execução orçamental.

Sabemos agora que, subvalorizando o regime de autonomia consagrado no RJIES, o governo, através de despacho de um secretário de estado, determinou que as universidades sejam tratadas de modo equivalente ao de meros fundos autónomos da administração central, tornando dependente de autorização do ministério das finanças aquilo que constitui prerrogativa das próprias universidades, consagrada em Lei e a ceder a esse ministério um atributo matricial da sua autonomia. Apesar das garantias em contrário do Senhor Primeiro-Ministro e do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, determinou o Senhor Secretario de Estado do Orçamento que sejam impostas às Universidades, a partir de Setembro, cativações de 20% sobre as taxas e emolumentos arrecadadas, incluindo propinas, o que me parece ser mais uma desconcertante decisão do Governo em matéria de criação de um relação de confiança com as Universidades e da própria salvaguarda da paz universitária.

Igualmente muito sensível pode ser o processo de revisão da regulamentação das Bolsas de Estudo. O texto conhecido, mas ainda não publicado, remete para

umas Normas Técnicas, anuais, a definição dos principais parâmetros que determinam a elegibilidade do estudante bolsista e o montante da respectiva bolsa. Sendo que todos os estudos, pareceres e relatórios internacionais são unânimes em considerar que uma parte da população portuguesa ainda não acede ao Ensino Superior por razões económicas, este processo de tornar técnico o que deveria ser político, e anual o que deveria ser plurianual, que parece igualmente contrariar a preconizada intenção de fazer alinhar a bolsa com a duração do ciclo de estudos, merece ser seguido com muita atenção.

São conhecidas as minhas posições sobre as diferentes componentes da reforma do ensino superior empreendida em Portugal nos últimos anos. Concordantes como muitas vezes foram ou críticas, como foram também por vezes, o importante neste momento é sermos todos capazes, homens e mulheres de ciência que somos, de olhar para a realidade, de aprender com a experiência e de saber interpretar os factos, sem paixões nem preconceitos, para confirmar ou para corrigir orientações.

E diversos ajustamentos será necessário fazer. Mas agora que a via da contratualização está aberta, mais importante ainda seria alargar o âmbito do Contrato de Confiança de forma a incluir, pelo menos, os seguintes três novos objectivos:

- o **ordenamento da oferta educativa**, patente que está que o processo de avaliação e acreditação de cursos, por si só, não será suficiente para evitar a inflação de cursos e de designações que descredibilizam o sistema e o tornam pouco legível;

- a **racionalização da rede de instituições públicas**, que permita a integração das escolas ainda não integradas e uma maior coordenação de esforços e articulação entre as trinta instituições públicas de ensino superior (quinze Universidades e quinze Politécnicos);
- a constituição de **consórcios de ensino e investigação** que aproveitem articuladamente os recursos instalados nas Universidades e nos centros de investigação em benefício da coerência e da coesão do sistema, da formação avançada dos estudantes e da sustentabilidade das unidades.

A definição de metas nacionais com vista à concretização da chamada **Agenda Europa 2020**, tão centrada em objectivos de crescimento inteligente e de competitividade, é uma óptima oportunidade para considerar os pontos acima enunciados, mostrando o nosso empenho em retirar ao sistema ineficiência e irracionalidade. Esta Agenda teve, aliás, o mérito de recentrar os objectivos europeus para 2020 na criação da sociedade do conhecimento e da inovação, corrigindo ou pelo menos complementando os Planos de Estabilidade e Crescimento cujos objectivos, lamentavelmente, se situam exclusivamente em matérias financeiras e orçamentais. A resposta à crise mostrou, aliás, que a Europa ainda não assumiu a necessidade de considerar o sistema científico e universitário como componente de parte inteira do complexo edifício da criação de riqueza, que necessita ser visto no seu conjunto.

## **5. Mudança tranquila**

E é neste contexto que se pode compreender a evolução recente da Universidade de Coimbra e as principais opções estratégicas que entendi dever propor e concretizar. Fi-lo sempre em função do que considerei ser, a cada momento, o superior interesse da instituição e sempre que pude – consciente de que nem sempre o consegui - submetendo a perspectiva de curto prazo à definição, previamente estabelecida e consensualizada, dos objectivos de médio e longo prazo. A gestão de compatibilidades entre as urgências do dia-a-dia e a necessidade de conduzir coerentemente uma política consistente que assegure o futuro é, aliás, um dos mais difíceis exercícios de equilíbrio político que me foi dado conhecer nas funções que desempenho. Sobretudo num País como o nosso, que se cansa a legislar e fica sem energia para reformas, que se cansa a planear e fica sem energia para cumprir, que subverte, que inverte, que reverte quase todos os dias orientações e estratégias, a decisão certa é, quase sempre, não a que maximiza o resultado mas a que minimiza o risco de insucesso face à imprevisível evolução da conjuntura.

Senhoras e Senhores:

A Universidade de Coimbra atravessa um período particularmente auspicioso da sua história, no que diz respeito às avaliações e comparações nacionais e internacionais a que permanentemente se sujeita. Podem ser citados, a título de exemplo, o primeiro lugar de entre as Universidades portuguesas nas quatro últimas edições do ranking do Times Higher Education Supplement, ou o honroso 10º lugar europeu e 36º mundial por entre as Universidades com maior visibilidade mediática no ranking 4ICU, ou ainda o segundo lugar mundial

obtido pelo nosso Instituto Pedro Nunes em 2008 de entre as Incubadoras de Base Tecnológica.

Mostrou, a Universidade de Coimbra, estar a ser capaz de resistir à dupla tenaz que tem representado para ela, nas últimas décadas, por um lado, uma política de ordenamento do território inadequada, com a prevalência esmagadora da lógica da capitalidade que tende a afastá-la dos centros de decisão política e económica num País demasiado dado a escolhas de proximidade e, por outro, por não pertencer ao grupo de Universidades chamadas do regime, que souberam atrair, no longo período a que me reporto, investimentos maciços, quer pela qualidade das propostas que apresentaram, quer pela irresistível sedução dos projectos novos e portanto, ainda imaculados.

Também a nível individual se têm acumulado sucessos. Correndo o risco de uma sempre injusta selecção, citarei a título de exemplo, de entre as duas centenas de prémios e distinções recebidos por universitários de Coimbra no último ano, as seguintes:

- O Prémio Joaquim de Carvalho, instituído pela Imprensa da Universidade, atribuído ao doutor **Luís Reis Torgal**, professor jubilado da Faculdade de Letras e investigador do CEIS20 pela sua obra "Estados Novos, Estado Novo";
- O Prémio Vida Literária, instituído pela Associação Portuguesa de Escritores, atribuído à doutora **Maria Helena da Rocha Pereira**, professora jubilada da Faculdade de Letras ;

- O Oficialato da Ordem do Mérito do Luxemburgo atribuído à doutora **Cristina Robalo Cordeiro**, professora catedrática da Faculdade de Letras e Vice-Reitora da Universidade;
- O Prémio Eduardo Lourenço, instituído pelo Centro de Estudos Ibéricos, atribuído ao doutor **Jorge Figueiredo Dias**, professor jubilado da Faculdade de Direito;
- O título de Membro de Honra da Sociedade Mexicana de Criminologia atribuído ao doutor **Duarte Nuno Vieira**, professor catedrático da Faculdade de Medicina e investigador do Centro de Ciências Forenses;
- O Red Dot Award - Communication Design 2009, em três categorias e o Prémio Nacional de Design 2009 - Prémio Sena da Silva, na categoria de Design Gráfico/Comunicação, atribuídos ao doutor **João Bicker**, professor auxiliar convidado da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigador do CISUC;
- O Prémio Michelle Cuzzo, da Università degli Studi di Roma "Tor Vergata", atribuído à doutora **Margarida Melo**, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigadora do Centro de Matemática da UC;
- O Grande Prémio BES Inovação 2009, atribuído aos doutores **Pedro Bizarro e Diogo Guerra**, professores auxiliares da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigadores do CISUC;
- A Grã-Cruz da Ordem de Mérito Cultural do Brasil atribuído ao doutor **Boaventura de Sousa Santos**, professor catedrático da Faculdade de Economia e Director do CES;
- O Prémio Agostinho da Silva, da Academia de Ciências de Lisboa, atribuído à doutora **Sara Araújo**, investigadora do CES;

- O Prémio Cidade de Coimbra e a distinção de Atleta Feminina do Ano 2009, da Federação Portuguesa de Canoagem, atribuído a **Beatriz Gomes**, professora assistente da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, campeã mundial de maratonas em canoagem;

Foi uma profunda reforma de organização e de procedimentos, a par de uma modificação muito sensível de hábitos e de mentalidades, foi a valoração progressiva do trabalho e do mérito transformados em referências de apreciação intersubjectiva e em critérios objectivos incontornáveis de progressão individual, tudo feito em muito pouco tempo mas sem atropelos nem rupturas, que, no seu conjunto, constituíram a **revolução tranquila**, suave mas determinada, em que todos temos participado e que todos temos protagonizado. Citarei as mudanças mais marcantes e mais visíveis que constituíram a causa e a razão do nosso bom desempenho:

- A compreensão da necessidade de assumirmos colectivamente a responsabilidade pelo sucesso da Universidade - porque não há Autonomia sem responsabilização - de cumprirmos as nossas obrigações com seriedade;
- A compreensão das vantagens individuais que retiramos pela boa saúde global da instituição a que pertencemos, pela adopção de estratégias institucionais unificadas, pela agregação de recursos em conjuntos de maior dimensão, pelo reforço do sentido institucional;
- A assimilação da necessidade da avaliação a todos os níveis: avaliação de desempenho individual de docentes e de não – docentes, avaliação

de cursos, avaliação de centros e unidades de investigação, avaliação institucional;

- A assimilação da necessidade de abertura ao exterior, da dessacralização da instituição e dos seus membros, da necessidade de mostrar o que sabemos fazer, de competir com outros, de aprender com eles, de ir a jogo, de arriscar a perder para poder ganhar;
- A assimilação da necessidade de uma nova cultura de planeamento e de monitorização do desempenho, a valorização das actividades de gestão de acordo com critérios de objectividade, de eficiência, de eficácia e de inovação.

Das mais ligeiras às mais marcantes, todas as orientações que foram por mim propostas aos restantes órgãos de Governo e assumidas pela Universidade, radicam em um ou em vários dos aspectos que acima referi. E se algumas vezes se arrumaram na categoria das decisões que poderiam considerar-se impopulares, a experiência que retiro destes anos de Governo universitário é que as pessoas, os cidadãos, podem tirar individualmente partido e beneficiar do laxismo de uma administração incompetente, mas sempre estarão prontos a reconhecer e a apoiar as medidas de moralização, quando elas são universais, justas e devidamente explicadas.

E é o caminho da seriedade e da responsabilidade institucionais, o incentivo à angariação de novas receitas e a gestão eficiente de recursos, que nos dá conforto moral para reclamar regalias, quando elas são possíveis e legalmente enquadradas. Destaco, de entre as que estão hoje completamente adquiridas e consolidadas, as seguintes:

- a redução de propinas ao valor mínimo legal para todos os estudantes não bolseiros com rendimento familiar *per capita* inferior a 620 euros por mês (cerca de mil estudantes beneficiam desta medida todos os anos);
- a redução de propinas ao valor mínimo legal para todos os trabalhadores não-docentes da Universidade que frequentem um primeiro curso de licenciatura, ou outro com propina idêntica ao da licenciatura (cerca de trinta trabalhadores beneficiam desta medida todos os anos);
- a redução de propinas ao valor mínimo legal para todos os membros de um mesmo agregado familiar, à excepção do primeiro (cerca de trezentos estudantes beneficiam desta medida todos os anos);
- a atribuição de bolsas de mérito equivalente à diferença entre a propina máxima e a mínima aos 500 melhores alunos da Universidade de Coimbra. Contas feitas, desde 2005 há, todos os anos, cerca de 1800 estudantes não bolseiros que pagam, em Coimbra, apenas a propina mínima;
- a atribuição de prémios de desempenho por opção gestionária, aos funcionários mais bem classificados de cada serviço;
- a mobilização de uma parte das margens líquidas de cada projecto de investigação ou de prestação de serviços especializados para a esfera de competência gestionária do investigador responsável, incluindo suplementos remuneratórios dos intervenientes, nos termos da lei e de regulamento próprio;

- a extensão das regalias universitárias a todos quantos, não tendo uma relação contratual com a Universidade, contribuem com o seu trabalho para o bom desempenho pedagógico, científico e de prestação de serviços;
- o financiamento directo da prática de actividades desportivas e culturais, o que, com a recente operacionalização do Estatuto de Estudante Atleta, permitiu triplicar desde 2008, o número de estudantes a praticar desporto universitário.

Trata-se de um notável conjunto de vantagens, algumas exclusivas, que têm um evidente sentido de inclusão social, de reconhecimento de mérito e de formação complementar e que representam igualmente um esforço global de cerca de 2 milhões de euros por ano, tanto mais considerável quanto se iniciaram e subsistem num quadro orçamental extremamente desfavorável.

Só o caminho do incentivo à angariação de novas receitas e a gestão eficiente de recursos, tornou igualmente possível, perante um quadro de evidente redução de financiamento, a criação de novas Unidades Orgânicas e serviços, o acompanhamento de novas áreas de actividade, o lançamento de projectos inovadores, a adopção de novas formas de abordar o conhecimento, o reforço da interdisciplinaridade.

Refiro-me à criação de uma estratégia integrada para a transferência e a inovação, verdadeiro ecossistema da inovação, hoje consolidada no Programa **INOV\_C**, liderado pela UC e integrando 105 parceiros, tornado possível pela posição de abertura da Universidade à sociedade, em torno da expressão – Fazer

Univer[sc]idade - no âmbito do qual se terão desenrolado as acções mais marcantes destes últimos oito anos de Governo universitário e cujos principais vectores passaram pela:

- a aproximação ao tecido empresarial;
- o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo e inovação;
- a valorização do potencial científico e a prossecução de uma política de propriedade intelectual;

e que permitiu inverter, em tão pouco tempo, a percepção exterior da nossa Universidade, hoje considerada líder nesta área de actividade. Somos a Universidade do Instituto Pedro Nunes e do BIOCANT, a Universidade do BIOMED 3 e do INOV.C que é solicitada não apenas quando se trata de agraciar um Chefe de Estado estrangeiro mas também quando é necessário mostrar-lhe, como ainda recentemente aconteceu, os melhores índices mundiais de desempenho em matéria de transferência e de inovação.

Refiro-me à criação da **RedeUC**, Rede de antigos estudantes da Universidade de Coimbra, que tem permitido informar e mobilizar os seus actuais 22 000 membros, das actividades, e para as iniciativas, desenvolvidas pela Universidade. A Rede UC, em articulação com as Associações de Antigos Estudantes de Coimbra, cujos dirigentes aqui presentes eu saúdo com amizade, co-financiou o Restauro da Torre, que hoje se apresenta do novo perante nós em todo o seu esplendor.

Refiro-me ao projecto **ED.UC** – Ensino a distancia da Universidade de Coimbra, que congrega as competências necessárias para a concepção e leccionação de cursos a distância e de *blended learning*, sobre uma plataforma de ensino própria da Universidade de Coimbra. O primeiro de vários que vão iniciar-se nos próximos meses, quero destacar o curso “Violência e Gestão de Conflitos na Escola”, numa iniciativa oportuna da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e do Ministério da Educação, com início no próximo dia 15 de Outubro, abrangendo um total de 275 professores em formação.

Refiro-me à criação do **SIIBUC** – Serviço Integrado de Informação Bibliográfica da UC, que permite uma gestão integrada das bibliotecas da UC, dá suporte ao repositório institucional do conhecimento científico “Estudo Geral” e ao repositório digital do livro antigo “Alma Mater”, e faz a articulação com a “b-on”, Biblioteca do Conhecimento Científico on-line.

Refiro-me à valorização das actividades de gestão de acordo com critérios de objectividade, de eficiência, de eficácia e de inovação, que tornou a Administração da Universidade uma referência em termos nacionais e internacionais, como tal reconhecida e chamada a participar em diversas acções de benchmarking internacional que a prestigiaram enormemente. A criação de um **Centro de Serviços Comuns**, actualmente em curso, resulta com naturalidade desta evolução e só é possível graças à convergência de entendimentos e ao estabelecimento de consensos que pressupõem uma cultura organizacional amadurecida, nomeadamente ao nível da capacidade para fazer subordinar os interesses individuais aos interesses institucionais.

Refiro-me à elaboração, compilação e/ou consolidação de um extenso conjunto de normas regulamentares, nas mais variadas vertentes da actividade, aplicáveis a toda a Universidade, que clarificam e regulam o actual quadro de funcionamento de acordo com a legislação entretanto produzida, e do qual destaco:

- Regulamento académico
- Regulamento pedagógico
- Regulamento de propinas
- Regulamento de prescrições
- Regulamento de prestação de serviços especializados
- Regulamento de identidade e imagem da UC
- Regulamento para o Repositório científico da UC
- Regulamento do Estudante Atleta
- Regulamento de Avaliação Docente

Refiro-me à criação do **Instituto de Investigação Interdisciplinar**, hoje unidade orgânica de ensino e investigação, que permitiu a agregação de todas as unidades de investigação, públicas e privadas da Universidade, a definição de estratégias comuns de apoio e desenvolvimentos das actividades de investigação e conta já com 3 programas de doutoramento em funcionamento.

Refiro-me ao **TUJE** – Tribunal Universitário Judicial Europeu e ao **ICNAS** – Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, novas unidades orgânicas de investigação, nascidas de ideias originais dos doutores Joaquim Gomes Canotilho e João Pedroso de Lima, dois nomes tutelares das ciências jurídicas e das ciências médicas básicas da nossa Universidade. Espero ter o prazer de vos

convidar, antes do final do ano, para uma visita à principal Sala de Audiências do Tribunal, antiga Igreja do Colégio da Trindade, renascida das cinzas após vinte e dois anos de ruína e de abandono.

Refiro-me ao **Colégio das Artes** unidade orgânica que alarga a intervenção da Universidade de Coimbra ao campo da arte contemporânea, na sua relação com a arquitectura, com o cinema e com as artes performativas numa perspectiva transversal aos vários domínios do saber, contando já com dois programas de mestrado e um de doutoramento.

Refiro-me à criação da DITS – Divisão de Inovação e Transferências de Saber, da DIIC – Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação, da DPGD – Divisão de Planeamento, Gestão e Desenvolvimento, da DAMC – Divisão de Avaliação e Melhoria Contínua, que com a DRI – Divisão de Relações Internacionais constituem o novo Centro de Serviços Especializados da Administração, bem como do GAI - Gabinete de Auditoria Interna a funcionar na dependência directa da Reitoria, todos eles **serviços que não existiam há poucos anos** e que visam responder a solicitações de uma realidade universitária em permanente mutação e cada vez mais exigente.

Refiro-me à prossecução do **Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade**, regularmente adaptado à evolução das necessidades e das possibilidades de financiamento, que conheceu importantes desenvolvimentos nos últimos dez anos, com 105 000 m<sup>2</sup> de área construída, pese embora a desaceleração evidente do investimento público.

## **6. E agora? Que futuro para a UC?**

E o futuro? Como se poderiam perspectivar os anos que estão para vir na Universidade de Coimbra? Muito teria eu para dizer sobre esta matéria mas, para lá dos afloramentos que, aqui e ali, não consegui evitar, compreenda-se que não diga mais. A Universidade de Coimbra está sólida, vai ser chamada a fazer opções que hão-de determinar o seu futuro, nada do que eu disser agora deve condicionar essas opções.

Apenas um, o 145º da ordem dos reitores de que se guarda memória documental, de uma cadeia cuja origem remonta aos anos da fundação e cuja percepção e sentido histórico nos dá a exacta dimensão da nossa limitada contribuição, quero aqui deixar uma referência aos nomes dos Reitores que mais proximamente me antecederam no cargo e de cuja visão e acção mais directamente decorre o bom momento que a Universidade de Coimbra actualmente atravessa: e falo com saudosa reverência em Teixeira Ribeiro e em António Ferrer Correia; e falo com respeito e amizade em Rui de Alarcão e em Fernando Rebelo orgulhoso de ter contribuído para tornar realidade algumas das suas utopias e dos seus sonhos e desejoso de poder deixar para outros, pelo menos tantas ideias em marcha como as que encontrei daqueles a que tive a honra de suceder no cargo.

## **7. Agradecimentos**

Ao enumerar o conjunto de reflexões, de decisões e de factos que marcaram os últimos anos de governo universitário, não desejaria que a tendência natural para relevar o que é mais recente me fizesse cometer a injustiça de desvalorizar o que, estando mais consolidado, não é por isso menos nuclear para o bom

desempenho da Universidade. Como não dar, nesta resenha, às Faculdades, o lugar de destaque que elas ocupam na concretização das actividades fim da Universidade? Como não reconhecer que o sucesso do preenchimento de 99.4% das vagas, na primeira fase de colocações, se fica a dever, em primeira mão, à correcta adequação pelas Faculdades da sua oferta educativa? Como esquecer as centenas de milhar de horas de trabalho por elas realizado para adequar os seus cursos a Bolonha e para promover a criação de tão elevado número de programas de pós-graduação, de mestrado e de doutoramento, actividade na qual é justo destacar este ano a Faculdade de Farmácia? E como não referir a capacidade que têm demonstrado em proporcionar aos seus membros as condições necessárias para a realização das suas actividades de docência, de investigação e de transferência? Como passar ao lado das interessantes e inovadoras iniciativas que têm sido por elas lançadas e do empenho e dedicação dos seus Directores para colaborar nas iniciativas da Reitoria? Como não referir, em particular, a disponibilidade dos Directores das Faculdades que ainda têm autonomia administrativa e financeira, Medicina e Ciências e Tecnologia, doutores Santos Rosa e João Gabriel, respectivamente, para, em conjunto, ajudar a resolver um sem número de problemas que se prendem com o desenvolvimento do importante projecto que é a criação do Centro de Serviços Comuns?

Estendo este abraço de reconhecido agradecimento a todos os Professores, estudantes e trabalhadores não docentes envolvidos em actividades de governo e de gestão, aos membros externos do Conselho Geral, ao Provedor do Estudante, à Senhora Administradora da Universidade e ao senhor Administrador dos

SASUC, lembrando as difíceis condições em que assumiram funções de primeira linha de responsabilidade administrativa.

Agradeço por último àqueles a quem pedi a mais pesada contribuição, em trabalho e em responsabilidade, a Senhora e os Senhores Vice-Reitores, Doutores António Avelãs Nunes (até Dezembro de 2009), Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e Henrique Madeira, a Senhora e os Senhores Pró-Reitores Doutores Raimundo Mendes da Silva, Pedro Ramos, José António Bandeirinha, Saraiva da Cunha (até Maio de 2010), Fernando Guerra e Margarida Mano, com quem partilhei tantos e tão intensos momentos de exaltação e de cumplicidade e a quem fico a dever incondicional ajuda e solidariedade, bem como a interpretação imaginativa e a concretização competente das responsabilidades que lhes foram atribuídas.

## **8. Epílogo**

E termino com um convite e uma história.

O convite, a preço módico: para o Concerto de Abertura Solene das Aulas, hoje à noite, às 21h 30 no TAGV, com a LUME – Lisbon Underground Music Ensemble.

A história: Na sessão de encerramento da Universidade de Verão, que este ano decorreu entre 18 e 23 de Julho com a participação de 400 alunos pré-universitários, na presença dos pais, dos quarenta monitores-estudantes universitários e de algumas dezenas de professores da Universidade, perante um auditório da Reitoria completamente cheio, o porta-voz do grupo de psicologia,

um dos treze grupos disciplinares organizados para o efeito, Constantino Caetano, aluno da Escola Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha recebeu uma estrondosa, prolongada e emocionada ovação quando, no final da sua intervenção de três minutos declarou o seguinte:

“Se nos perguntam, quando temos 10 anos, o que queremos ser quando formos grandes, respondemos: astronauta, bombeiro. Se nos fazem a mesma pergunta quando temos 15 anos, respondemos: médico, advogado, engenheiro. Hoje aqui, se fizermos a pergunta aos 400 jovens que participaram na Universidade de Verão, todos responderemos: Queremos ser estudantes da Universidade de Coimbra!”

Soube-se no Sábado passado, o Constantino já começou a realizar o seu sonho. Entrou na Universidade de Coimbra. E com ele, mais outros três mil e cem novos alunos que uma vez mais quase esgotaram as vagas disponíveis. Iniciam o seu percurso universitário e juntam-se em mais uma geração, em mais uma camada de solo fértil, à comunidade de professores, estudantes e trabalhadores não docentes que os recebem de braços abertos e que tudo farão para os ajudar a construir o seu futuro e a cumprir o seu destino. Portugueses, brasileiros, ou nacionais de um dos cerca de sessenta Países que compõem a nossa academia, sejam bem à Universidade de Coimbra. A todos os membros da nossa comunidade, novos, actuais, antigos estudantes, professores ou trabalhadores não docentes, a todos desejo que o ano que agora se inicia possa corresponder às vossas expectativas e, porque não dizê-lo, às vossas ambições.

Vivam alto como a lua  
E como ela toda, brilhem sobre o lago.

Paço das Escolas, 15 de Setembro de 2010

Fernando Seabra Santos

Reitor da Universidade de Coimbra